

O Calcanhar de Aquiles

Onde se fala de Swift, Pessoa e não só...

São conhecidas as peripécias de Lemuel Gulliver por várias terras e entre várias gentes. Sabe-se mesmo que na nossa era muitos foram os autores que leram atentamente a obra-prima do Sr. Johnathan Swift, um texto riquíssimo de filosofia política. A sociedade dos Houynnhms inspirou até Orwell como último estádio da organização totalitária. Era gente sem história, sem alfabeto, sem uma palavra para designar opinião, sem sentido para a vida, sem paixões nem diferença de sentimentos — que apenas discutia o que fazer com os Yahoos. Hoje, porém, não vou falar disso. Refiro Gulliver porque há dias me vieram oferecer uma fotocópia gasta de um texto que seria inédito e da autoria de Swift. O alvoroço poderia ter sido grande, mas não foi. Afinal, o naco de prosa, além de incompleto, era grosseiramente apócrifo, sendo a falsificação mais do que óbvia. Duvido mesmo que o falsificador alguma vez tivesse lido o *Gulliver's Travels*. Não resisto, todavia, à tentação de vos dar uma tradução livre, adaptada ao espaço e simplificada da peça truncada, que se refere a uma das partes mais conhecidas do livro. O que falta terá sido escrito?

«Já vos falei da inimidade ancestral entre os Saltos Altos e os Saltos Baixos no reino de Lilipute, disse-vos também que a guerra com o país de Blegusen rebentou por causa do modo de partir os ovos e por via de o rei ter decretado, para salvaguarda de Sua Alteza o Príncipe e da sua sereníssima saúde, que toda a gente seria obrigada

a partir os ovos pelo lado mais estreito. E sabem também já como eu evitei uma carnificina entre os dois povos de pequenas criaturas. A questão dos ovos foi objecto de grandes e violentas discussões. Houve traidores presos em Lilipute e o Conselho de Estado aprovou instruções extremamente precisas para os partir, a fim de que não houvesse fraudes e para que a autoridade do Estado fosse integralmente respeitada.

Por mim, nunca mais me atrevi a mexer em ovos, tal foi a campanha a que assisti. Foi, aliás, este tema que lançou uma dilacerante divisão entre os Saltos Baixos, fazendo até oscilar a fé de alguns dos Saltos Altos. Não estava em causa o partir pelo lado mais estreito ou pelo mais largo — estava sim, ao que parece, o domínio da Grande Autoridade para o Respeito da Real Determinação. Surgiram vários candidatos. Um velho Marechal estava impedido de se apresentar pelas funções que detinha junto de Sua Majestade, um antigo Chanceler, célebre pelo tacto diplomático mas autor de uma governação austera, há muito que se apresentara também uma Dama da Corte desejava o posto, até pelas suas evidentes implicações quanto à ciência culinária. Estes dois eram dos Saltos Baixos e havia ainda um conhecido Mestre-Escola apresentado, sem grandes entusiasmos, pelo outro lado. A discussão fez-se durante longo tempo entre estes três. Havia até a sensação de que o velho Marechal apadrinharia indirecta e cuidadosamente a Dama, sua antiga protegida. Mas não. No aceso dos debates,

Escrever a data de 30 de Novembro de 1985 e não citar Fernando Pessoa seria certamente um sacrilégio que não cometemos. Cinquenta anos passaram sobre aquele estranho dia em que uma cólica hepática vitimou de uma vezada ele e, com ele, vários poetas nele mesmo.



GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

o Marechal estava irrequieto. Perturbava-o a ideia de não controlar a Grande Autoridade para o Respeito da Real Determinação. Afinal a ideia de partir os ovos de novo modo era dele, assim como a de fazer disso uma questão essencial. E foi assim que chegou a convencer um Brigadeiro de Lanceiros a entrar na corrida. Estava tudo preparado. O Brigadeiro aceitou em princípio. Porém, a parte fiel ao Marechal no seio dos Saltos Baixos recusou inesperadamente o necessário apoio, entre magna agitação. As hostes da Dama, vividos momentos de angústia, rejubilaram. O Chanceler esperou para ver. O Mestre-Escola assistia ao espectáculo. Eis senão quando o Marechal, depois de pequenos disabores com os amigos, reiniciou numa proposta. Para quê? Para tentar dominar a cena, acabando com várias veleidades. Nisto de partir ovos, a ortodoxia seria fundamental. E quem melhor do que ele para garantir a pureza da Autoridade? Um Chanceler? Uma

Dama? Um Mestre-Escola? Para quê, se havia ele? Então propôs um antigo vice-Chanceler, amigo de infância do Chanceler célebre pelo tacto diplomático. Assim, poderia dominar, combater este mais facilmente e deixar sem hipóteses a voluntariosa e imaginativa Dama. E com um só golpe talvez pudesse controlar, por algum tempo, o grupo dos Saltos Baixos. Aliás, a ala mais radical destes, que apresentara um oficial dos serviços civis como candidato, apenas para estar presente, recebeu de braços abertos a ideia... Mas a confusão aumentou, e Lilipute viveu tempos difíceis...»

É por aqui que, misteriosamente, o texto fica. Onde estará o resto?

II

Escrever hoje, dia 29 de Novembro de 1985, e não citar Fernando Pessoa seria certamente um sacrilégio, que não cometemos. Cinquenta anos passaram sobre aquele estranho

dia 30 em que uma cólica hepática vitimou de uma vezada vários poetas: um mestre, Alberto Caeiro; pelo menos dois discípulos, Álvaro de Campos e Ricardo Reis; e um obscuro correspondente de línguas estrangeiras, morador a Campo de Ourique, autor de um só livro publicado e de múltipla colaboração avulsa... Outros morreram também nesse dia, mas no momento pouca atenção foi dada a esse massacre. Vestígios deixados? Inúmeros. Uma papeleta, escrita a lápis, diz apenas: *I know not what tomorrow will bring*. A herança foi uma arca — mas não vulgar de Lineu, pois era tão-só inesgotável de ideias e palavras. Há cinquenta anos poucos lhe deram importância — hoje quase todos anseiam por tirar de lá penas de pavão para chapéus desengraçados. Mas quem foi ele? A interrogação ainda persiste hoje e as respostas confundem-se com as tais penas de pavão que alguns preferem usar, esquecendo-se de o entender. Corajosa e audaciosamente, Eduardo Lourenço (ele sempre quis entender, como Mário Botas, a quem significativamente dedica o seu último ensaio) diz talvez o *quantum satis*: «Ninguém como Pessoa, que nos chegava de longe, sonhando-se e sonhando-nos, viveu o seu encontro com Portugal com tanta exaltação e ao mesmo tempo com tanta consciência da imobilidade e do marasmo de nossa existência colectiva.»

III

Terceira nota. Nem tudo são perplexidades e sinais de desalento. No momento em que,

quase sem se dar por isso, nos aproximamos das eleições autárquicas, é bom salientar a vivacidade e a autonomia que vários candidatos fazem questão de ostentar. Num país onde a tradição municipalista é um facto, ainda que se tenha afirmado quase sempre em virtude de poderosas e estáveis alianças com o poder central, e onde a herculiana «Carta aos eleitores de Sintra» ainda constitui um dos mais fortes símbolos descentralistas, é tempo de dar mais importância ao governo local, garante essencial da democracia e da liberdade. Infelizmente, nem todos pensam assim, como parece ficar demonstrado pelo soturno silêncio que envolve uma tão importante escolha eleitoral, com consequências concretas bem mais importantes do que possa parecer à primeira vista. Veja-se, por exemplo, o jovem entusiasmo — como se a poesia descesse à rua — que o pequeno partido liderado por Gonçalo Ribeiro Teles conseguiu congregar em nome de causas justas, propondo-se com humildade de meios, mas com enorme vontade e criatividade, fazer viver o poder local lisboeta não como lago burocrático e centralista, aberrante e possidónio, mas sim como obra de pessoas que queiram na cidade a dimensão humana. É uma pequenina nota de vida — como outras, naturalmente. Esta merece destaque pela independência, pela força da juventude e pela presença da cultura. Assim os outros (nós todos, afinal) se deixem influenciar.